



Foucault e as tecnologias do comum

■.....Apresentação

Em 1968, Deleuze escreve *Différence et répétition*, comentando que uma espécie de “preconceito infantil” nos faz acreditar que os “problemas são dados já feitos e que eles desaparecem nas respostas ou na solução”. Esse preconceito também nos faz imaginar que a “atividade de pensar só começa com a procura de soluções, só concerne às soluções” (idem). O “infantil” se converte em “social” quando, por ele, somos mantidos como “crianças”, que precisam estar sempre se distraindo ou vencendo problemas que são apresentados de algum outro lugar.

Mas os problemas, antes de tudo, são “atos que abrem um horizonte de sentido”, uma postura da ordem do “questionamento”. Eles podem abrir uma “perspectiva inabitual sobre o mais familiar” ou “conferir interesse a dados até então reputados insignificantes” (ZOURABICHVILI, 2004). De qualquer forma, um enunciado ou um conceito “só fazem sentido em função do problema a que se referem”.

Nesse mesmo caminho, pouco antes de sua morte, Foucault, realizando um balanço da ética de seu pensamento, buscou demonstrar que sua reflexão não operava a partir de um “exame metódico” de soluções, mas pela busca de uma “problematização”¹⁰: “isto é, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política” (FOUCAULT, 2008, p. 20). Por isso, a “problematização” interessa-se mais pelas “condições” pelas quais são reivindicadas as respostas a algum problema, ao próprio ato de responder. A problematização não é um arranjo de representações e argumentos, mas o trabalho contínuo do pensamento (ibidem, p. 25).

Talvez não seja coincidência o fato da reflexão deleuziana sobre o “problema” ter ocorrido justamente em 1968. Segundo Foucault, nesse ano “havia um esforço amplamente afirmado de confrontar a política com toda uma série de questionamentos que tradicionalmente não eram parte de seu domínio estatutário” (ibidem, p. 21). Tratou-se de uma verdadeira “liberação do ato de questionar”, a partir de uma pluralidade de perguntas que se dirigiam à política.

Dentro do conjunto de indagações direcionadas à política, ou melhor, atravessando esse próprio conjunto, certamente encontramos o “problema” do “comum”. Não ainda o “comum” formulado como “teoria política”, ou como um

10 Trata-se da entrevista concedida a Paul Rabinow, publica em português no livro: *Antropologia da razão* de Paul Rabinow (2002), p. 17-25. Para uma análise do tema da problematização em Foucault, conferir em Revel, 2004.

“tema” a ser compreendido, mas, principalmente, como uma “experiência” de agir, como um “modo da ação”: um sem-número de questionamentos que se entrelaçam as novas práticas e formas de se relacionar com o mundo. Explosão de perguntas e ações, de críticas e práticas, de indagações e experiências. Descoberta de um novo âmbito, aquele do “agir comum” e sua capacidade de constituir novas relações e formas de vida.

Contudo, como se sabe, Foucault nunca teorizou especificamente sobre o conceito de “comum”. Essa tarefa foi passada a nós, que presenciamos a irrupção do tema a partir dos anos 1990. Se, no início, o restrito campo de análise era dedicado aos chamados “bens comuns”, hoje a reflexão se aprofunda na retomada das dimensões políticas, ou melhor, “biopolíticas” do conceito. Nesse movimento, o percurso teórico foucaultiano nos oferece, mais uma vez, um rico terreno de análise.

Com efeito, o dossiê especial desse número da Revista Lugar Comum se concentra nos textos do “último Foucault”, período em que o filósofo se dedica às considerações sobre a ética a partir de noções como o “cuidado de si” e o “dizer verdadeiro” (*parrhesia*). A derradeira reflexão foucaultiana nos permite pensar a constituição ética dos sujeitos como um “modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro” (FOUCAULT, 1982). É a partir da produção de “novas formas de vida” que o pensador imagina uma “prática de liberdade” definida como experimentação, estética da existência, invenção de “comunidades” e, sobretudo, capacidade de resistir e lutar.

Os artigos selecionados buscam, com ênfases distintas, entrelaçar esses temas a uma rica problematização sobre a “produção do comum” no campo político contemporâneo. Se definirmos o “comum” como, não apenas os bens naturais (água, terra, florestas etc.), mas, principalmente, o produto de nossa interação social, comunicação, linguagem, afetos e relações, devemos também trazer para o centro do debate a importância da relação entre ética, estética da existência, resistência e produção de subjetividade.

Eis a aparição de uma verdadeira “tecnologia do comum” (BOVE, 2004) que, a partir dos textos foucaultianos, pode ser imaginada como caixa de ferramentas na luta por dentro dos dispositivos de uma arte de governar (neoliberal) em crise. Essa tecnologia pressupõe, como diz Foucault, que os modos de subjetivação possam se constituir de forma *relativamente autônoma* aos arranjos do poder. A resistência vem, portanto, em primeiro lugar: “ela se mantém superior a todas as forças do processo; ela constringe, sob seus efeitos, as relações de poder a mudar” (FOUCAULT, 1982).

É nesse horizonte de liberdade e de múltiplas possibilidades que os Editores apresentam o presente conjunto de artigos, buscando enriquecer os usos e análises da reflexão foucaultiana e sua inserção no debate político sobre o “comum”. Além da importância teórica, espera-se que os escritos aqui publicados possam fortalecer e deslizar sobre o traço “comum das lutas” que explodem hoje na crise do capitalismo. Trata-se de difundir, ainda mais, as “lutas transversais” que Foucault já observava em sua primeira irrupção.